

Votorantim avalia vender patente de cana transgênica ao exterior

André Borges
De São Paulo

Mesmo tendo o Brasil como prioridade, a Votorantim Novos Negócios (VNN), controladora das empresas de biotecnologia Cana-Vialis e Alellyx, avança a possibilidade de ter que vender suas patentes tecnológicas na área de cana para concorrentes internacionais. O motivo, segundo o diretor-executivo da VNN, Fernando de Castro Reinach, está relacionado à lentidão do governo em regulamentar o uso de produtos geneticamente modificados, o que tem prejudicado a evolução do setor no país.

"Empresas de fora do Brasil querem comprar os genes da nossa cana. Se não conseguirmos aprovação por aqui, teremos que exportar, o que é uma ironia", disse o executivo, durante palestra sobre os impactos econômicos e sociais da biotecnologia no Brasil, realizada na última quinta-feira, no Instituto Fernando Henrique Cardoso, em São Paulo.

As pesquisas com cana-de-açúcar e beterraba transgênicas ocorrem há alguns anos no mundo. No entanto, ainda não há plantio comercial dessas variedades.

Entre os exemplos de pesquisas transgênicas realizadas no Brasil, Reinach chamou a atenção para o desenvolvimento de uma variedade de cana com 80% mais de sacarose (teor de açúcar) que a convencional, além de outras resis-



"Se não conseguirmos aprovação por aqui, teremos que exportar, o que é uma ironia", diz Reinach, diretor da VNN

pesquisas com cerca de 15 variedades transgênicas de cana. Reinach disse que, por enquanto, a VNN não está negociando a venda de suas patentes, mas admite que tem sido procurado por diversas companhias internacionais.

tinadas à produção de etanol. "O plano não é entrar na produção. Queremos ser um forte fornecedor de tecnologia para o álcool", comentou, acrescentando que a empresa está avançando em estudos para utilização do bagaço da cana

preciso lembrar que hoje 90% das vacinas são materiais biotecnológicos. A insulina também é, assim como o sabão em pó, que tem enzimas recombinantes", afirmou.

O gargalo da regulamentação também foi objeto de crítica da

de Biossegurança, aprovada no ano passado, empresários do setor acreditavam que teriam mais facilidades para aprovar suas pesquisas. Mas, na prática, a legislação acabou por burocratizar ainda mais a tramitação dos projetos, gerando recursos administrativos que protelam decisões finais, conforme os presentes ao encontro.

Segundo Leila Oda, o momento atual não é de discutir os riscos de se usar alimentos transgênicos, mas sim de se pensar nos riscos de não usar a tecnologia na alimentação.

Para o chefe do departamento de pesquisa e desenvolvimento da Embrapa, Maurício Lopes, o setor público também tem falhado ao não criar uma agenda para discutir o tema. "É preciso definir que mercados serão priorizados. Li toda a política industrial do governo, não se menciona a palavra bioeconomia, o que é um completo absurdo", afirma.

Entre tantas críticas, um consenso no encontro foi de que, até agora, o item comunicação é o menos trabalhado para uma divulgação clara e objetiva dos benefícios da biotecnologia, assunto que inflama os ânimos de ambientalistas e defensores da agricultura familiar, direitos do consumidor e dos trabalhadores.

O risco dessa falta de diálogo, afirmou o presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CINBio) e professor titular de bioquímica da Universidade de São Paulo, Walter Colli, é de o país caminhar para o "obscurantismo".